



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SÍNTESE DE ESTUDOS TÉCNICOS

Propostas de Criação das Reserva Extrativistas Marinhas

Flamã

Goiabal

Amapá – Sucuriju

Bailique

ABRIL – 2025



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SÍNTESE DE ESTUDOS TÉCNICOS

Propostas de Criação das Reserva Extrativistas Marinhas

Flamã

Goiabal

Amapá – Sucuriju

Bailique

Rodrigo Paranhos Faleiro e Breno Monteiro de Menezes

Esta síntese é resultado da compilação do estudo técnico “Caracterização socioambiental dos municípios e comunidades da Zona Costeira do estado do Amapá, como subsídio para a criação da RESEX Marinha Cabralzinho” elaborado por Marcos Roberto Pinheiro, Eduardo Antônio Audibert e Erika Matsuno Nakazono, complementada pela bibliografia citada com o objetivo de cumprir a orientação da COCUC para a fase analítica do processo de criação das UC da Costa do Amapá. Reforça-se, porém, que qualquer citação deverá constar a autoria original do estudo.

ABRIL – 2025

SUMÁRIO

I	Introdução.....	2
II	Propostas de Criação.....	3
III	Objetivos.....	10
IV	Contexto regional	10
V	Aspectos ambientais	12
VI	Aspectos socioeconômicos	18
VII	População tradicional beneficiária	19
X	Pesca artesanal e industrial	22
XI	Situação fundiária	23
XII	Considerações Finais	24
XIII	Mapa das Propostas	25
XIV	Referências bibliográficas	27

Síntese de Estudos Técnicos

Reserva Extrativistas Marinhas Flamã, Goiabal, Amapá –
Sucuriju e Bailique

“Não luto por mim. Plantei essa árvore tem mais de vinte anos. Muitos que começaram comigo já se foram. Luto pelos meus filhos e netos” (Júlio Garcia – antigo morador do Taperebá situado no PNCO).

I - Introdução

1. Este documento é uma síntese de informações do estudo técnico “Caracterização socioambiental dos municípios e comunidades da Zona Costeira do estado do Amapá, como subsídio para a criação da RESEX Marinha Cabralzinho” elaborado por Marcos Roberto Pinheiro, Eduardo Antônio Audibert e Erika Matsuno Nakazono, complementado com dados dos documentos do ICMBio, literatura científica e anotações de campo.
2. A Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes com base na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que *instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)*, o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que *regulamenta o SNUC* e a Portaria MMA/ICMBio nº 1.145, de 2 de setembro de 2024, que *dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para criação e ampliação de UC Federal no âmbito das atribuições do MMA e do ICMBio*, adotou procedimentos para racionalizar o processo de criação, entre os quais, a Sistematização de Estudos Técnicos.
3. O objetivo deste documento é cumprir a etapa analítica oferecendo dados confiáveis para criação das Reservas Extrativistas Marinhas Flamã, Goiabal, Amapá-Sucuriju e Bailique, que permitam *identificar a localização, dimensão, limites e categoria preliminar da proposta de criação ou ampliação de unidade de conservação* (Portaria MMA/ICMBio nº 1.145, de 2 de setembro de 2024).

4. Para tanto, esta Síntese *apresentar caracterização de aspectos sobre a área, compreendendo o contexto regional, a caracterização ambiental, socioeconômica, paisagística, recreacional, produtiva, cultural e institucional da proposta* (Portaria MMA/ICMBio nº 1.145, de 2 de setembro de 2024).

5. Convém destacar que, inicialmente, os estudos abrangeram toda à Costa do Amapá com o objetivo de subsidiar à criação da Reserva Extrativista Marinha do Cabralzinho. Porém, durante as consultas às comunidades ficou decidido fracionar a proposta original em quatro RESEX Marinhas: Flamã, Goiabal, Amapá-Sucuriju e Bailique. Por este motivo, esta Síntese incorpora a revisão dos dados da Costa para subsidiar a proposição das quatro Reservas Extrativistas.

II - Propostas de Criação

6. A primeira proposta apresentada ao Governo Federal foi a Reserva Extrativista Marinha do Cabralzinho cujo polígono foi descrito no Estudo Técnico *a partir da Ponta do Mosquito, na foz do Rio Oiapoque, a partir do continente segue em linha reta por doze milhas náuticas, mantém uma linha paralela ao continente nessas doze milhas náuticas até a foz do Rio Araguari, contornando o continente na margem oeste até fechar o polígono*. Excluem-se deste polígono as áreas protegidas constituídas.

7. Porém, o histórico da proposta segue uma linha do tempo mais completa:

2005 a 2006

- Encontro dos Pescadores Amapaenses no Norte, realizado em Calçoene.
- Resultado: Carta de Calçoene solicitando a criação de Resex Marinha, aprovada por 470 assinaturas.
- Limites da área proposta:
 - Norte: Ponta do Mosquito (Foz do Rio Oiapoque)
 - Sul: Igarapé Grande do Curuá (Arquipélago do Bailique)
 - Leste: Até 8 milhas náuticas (14,8 km) mar adentro
 - Oeste: Limite da faixa litorânea de manguezais até 1 milha náutica

2007

- Abertura do processo para criação da Resex do Cabralzinho no IBAMA.

2012

- Mobilização da SEMA/AP para criação da Resex do Goiabal com recursos do ARPA.

2013

- Audiência com a Ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, para discutir a Resex.
- Solicitação da Colônia de Pesca Z-5 do Bailique ao MPF para apoio na criação da Resex Marinha.

2014

- Audiência pública da FEPAP em Macapá, com 216 assinaturas de apoio à Resex Marinha.
- Limites propostos:
 - Norte: Ponta do Mosquito (Foz do Rio Oiapoque)
 - Sul: Igarapé Grande do Curuá (Arquipélago do Bailique)
 - Leste: Até 12 milhas náuticas (22 km) mar adentro

2015

- Audiências e mobilizações contínuas com apoio de diversas entidades, como a FEPAP, ICMBio, MPF, IEPÉ e os senadores Randolfe e Davi Alcolumbre.
- Reuniões com as Colônias de Pesca do Oiapoque, Calçoene, e Amapá para discutir a proposta de criação da Resex Marinha.
- Apoio institucional: ICMBio, IEPÉ, MPF e SEMA.

2016

- Nota técnica favorável do ICMBio para criação da Resex Marinha.
- Reuniões com a FEPAP e Ministro da Pesca.

2017

- Apoio do Governo do Estado e municípios ao processo de criação da Resex Marinha.

2018

- Realização de oficinas de construção coletiva de normas de pesca no Amapá.
- Estudo da WWF

2019

- Solicitações contínuas de pescadores e entidades locais em apoio à criação da Resex Marinha.

2022

- Oficinas de construção de acordos de pesca e diagnóstico pesqueiro em diversas regiões do Amapá.

2023

- Janeiro: Retomada oficial do processo com ICMBio e apoio do novo governo federal.

- Fevereiro: A proposta foi apresentada como prioridade pela CONFREM.
- Julho: Reunião com o PNCO e IEPÉ para retomada do processo da Resex Marinha.

2024

- Janeiro: Oficinas de criação de UCs com o ICMBio.
- Março: Renovação do acordo de pesca do PNCO e definição da Resex como prioridade.
- Outubro: articulação com o Governo do Estado do Amapá para viabilizar a proposta.
- Novembro: Articulação da RARE, IEPÉ e ICMBio para captação de recursos para retomada do Projeto.

2025

- Fevereiro: Reuniões de nivelamento com o Governo do Estado do Amapá e com IEPÉ e RARE.
- Fevereiro: Oficina Uso Sustentável da Costa do Amapá com lideranças e representantes dos índios do Oiapoque; das Colônias de Pesca de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Sucuriju e Bailique; FEPAP; CONFREM/AP; RARE; IEPÉ; e ICMBio. Nesta Oficina ficou definido o fracionamento da proposta do Cabralzinho em quatro RESEX Marinhas.
- Março e abril: Reuniões com as comunidades visando o cumprimento dos planos de consulta.

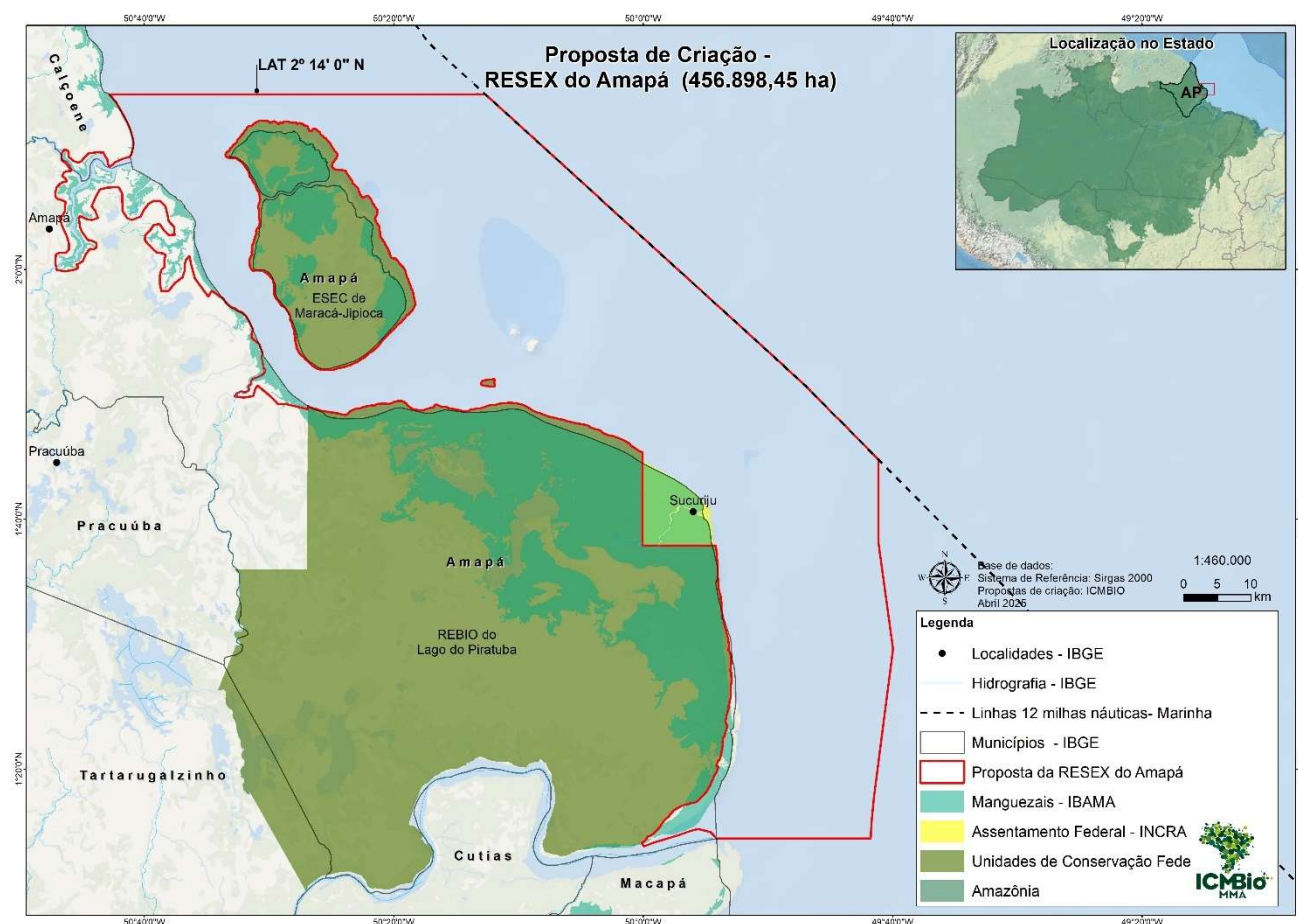
8. Porém, como veremos à frente, durante o processo de consulta às comunidades propuseram seu fracionamento desde que elas pudessem pescar em qualquer lugar das quatro Reservas Extrativistas. Condição que deverá constar no Decreto.

9. Dessa forma, atualmente são quatro propostas de Reservas Extrativistas Marinhas:

FLAMÃ	Município de Oiapoque e Calçoene	430.743,31 ha
GOIABAL	Município de Calçoene	280.704,31 ha
AMAPÁ-SUCURIJU	Município de Amapá	456.898,45 ha
BAILIQUE	Município de Macapá	195.602,72 ha

14. Foram identificadas nessa área alguns lagos com descrições que apontam serem importantes refúgios para aves e outros animais. Porém, como estão situados em propriedades privadas, eles não foram incorporados à proposta.

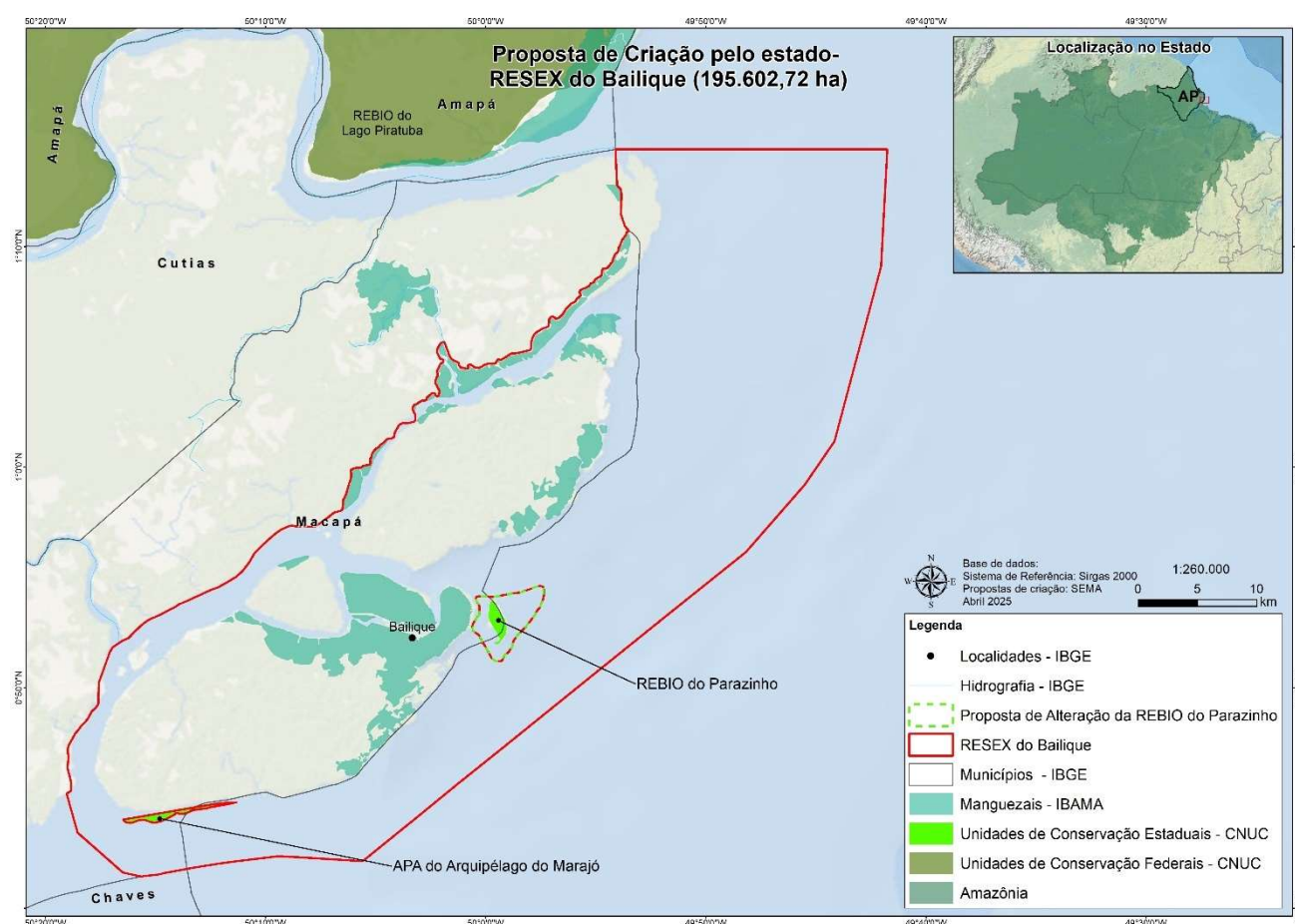
15. A proposta de **RESEX Marinha Amapá-Sucuriçu** está situada nos municípios de Calçoene e Amapá e se integra às outras três propostas de RESEX Marinhas: Flamã, Goiabal e Bailique, todas localizadas no estado do Amapá, na Região Norte do Brasil. Essa área faz parte do bioma Amazônico e abriga diversos ecossistemas costeiros e marinhos, incluindo manguezais e lagos. A delimitação da proposta tem início na costa, sobre a latitude 2°14'0", deste ponto segue em linha reta até a faixa de 12 milhas náuticas, continuando pela faixa até o ponto 49°41'1,037"W 1°44'36,43"N, deste ponto segue por linhas retas mantendo uma distância de 12 milhas náuticas da costa, na mesma latitude da foz do Rio Araguari, segue em linha reta até a costa, seguindo contornando a Reserva Biológica do Piratuba e o mangue até o ponto inicial da descrição.



16. Além de buscar reserva um território marinho para pesca artesanal, a proposta contempla também os catadores de marisco que usam as áreas de mangue e estuário. Também foi registrado que a comunidade do Sucuriçu manifestou intenção de incluir à área

terrestre na Reserva. Porém, por ser uma Projeto de Assentamento Extrativista, sugerimos que seja feita a consulta ao INCRA.

17. A proposta de **RESEX Marinha do Bailique** A proposta da RESEX Marinha do Bailique está situada no município de Macapá e se integra às outras três propostas de RESEX Marinhas: Flamã, Goiabal e Amapá - Sucuriçu, todas localizadas no estado do Amapá, na Região Norte do Brasil. Essa área faz parte do bioma Amazônico e abriga diversos ecossistemas costeiros e marinhos, incluindo manguezais e lagos. A delimitação da proposta tem início na divisa municipal entre Amapá e Macapá, da costa segue a Leste por linha reta a 12 milhas náuticas, seguindo por linhas retas, mantendo a distância de 12 milhas até a divisa com o estado do Pará, deste segue a divisa até a costa do município de Macapá, seguindo pela costa, contornando o mangue até o ponto inicial desta descrição.



18. Na reunião de consulta no arquipélago do Bailique houve uma discussão bastante qualificada sobre a inclusão ou não da parte terrestre na proposta. Os pescadores queriam sua inclusão por serem áreas onde eles se refugiam em tempestades ou quando a maré está muito forte. Já aqueles que mantêm alguma atividade de bovinocultura ou

bubalinocultura ainda que incipiente. Ambos os grupos interessados defendem a criação da RESEX, porém, querem garantias para manutenção dos seus rebanhos.

III - Objetivo

19. A criação das RESEX visa garantir a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros e marinhos do Amapá, protegendo manguezais, lagos e espécies ameaçadas. O objetivo é assegurar a conectividade ecológica e a preservação dos recursos naturais. Socialmente, a RESEX busca reconhecer e fortalecer os direitos das populações tradicionais, garantindo seu acesso e manejo sustentável do território. A unidade de conservação permitirá a organização da pesca artesanal, reduzindo conflitos com embarcações industriais e promovendo a equidade no uso dos recursos. Economicamente, a RESEX incentiva o uso sustentável dos recursos pesqueiros, viabilizando a pesca de forma controlada e estruturada. Além disso, há potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico e comunitário, valorizando a cultura local e diversificando as fontes de renda das comunidades tradicionais. Por fim, em sendo confirmada a exploração de petróleo na Margem Equatorial, as comunidades das quatro RESEX serão beneficiárias de recursos de compensação ambiental.

IV - Contexto regional

20. O estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, na região Norte, é limitado a norte pelo departamento ultramarino francês da Guiana Francesa, a leste pelo Oceano Atlântico, a sul pelo estado do Pará e a oeste pelo rio Oiapoque. Sua capital é Macapá, situada às margens do rio Amazonas, próxima à linha do Equador.

21. O Amapá caracteriza-se por uma ampla variedade de paisagens naturais, incluindo áreas de floresta tropical densa, campos naturais e extensas zonas úmidas costeiras. A região possui uma rede hidrográfica rica, com destaque para os rios Oiapoque, Araguari e Amazonas, além de um litoral marcado por manguezais, estuários e ilhas fluviais,

como Maracá e Jipioca, com grande biodiversidade associada (ICMBio, 2022a; ICMBio, 2022b).

22. A costa amapaense é influenciada por regimes hidrodinâmicos complexos, incluindo a força das marés, correntes litorâneas e descargas fluviais. Esses fatores contribuem para a dinâmica de sedimentação, formação de bancos de areia e ilhas, além da presença de turfeiras costeiras — depósitos de matéria orgânica associados a ambientes de várzea e estuários (Santos, 2021; Gomes, 2022).

23. O Amapá foi elevado à categoria de estado em 1988, após ter sido território federal desde 1943. A condição de ex-território deixou marcas profundas na estrutura administrativa e institucional da região, incluindo uma centralização de poder político e dependência econômica da União (Flores, 2020). Atualmente, o estado é composto por 16 municípios, com Macapá e Santana concentrando grande parte da população.

24. A população do Amapá é diversa, composta por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, urbanos e migrantes de diferentes partes do Brasil. Há populações tradicionais que habitam áreas protegidas, como na Reserva Extrativista do Amapá, no arquipélago do Bailique e na REBIO Lago Piratuba (ICMBio, 2018; PMA, 2023). Porém, o estado enfrenta desafios sociais básicos como acesso desigual à educação, saúde e saneamento básico, principalmente em comunidades isoladas e ribeirinhas (IBGE, 2022 apud ICMBio, 2022a).

25. A cultura amapaense é marcada por forte presença de elementos indígenas, afrodescendentes e caboclos. Práticas como o uso tradicional de recursos naturais, festas religiosas, saberes associados à pesca, ao extrativismo e à medicina popular fazem parte do cotidiano de muitas comunidades (Flores, 2020; IPHAN apud Leal Costa, 2016).

26. Além disso, a história da ocupação costeira revela a presença de vilas antigas como Cunani e Maracá, onde houve colonização francesa e missionária no século XIX (Andrade, 2006; Costa, 2016).

27. A economia do Amapá baseia-se principalmente nos setores primários e no funcionalismo público. O extrativismo vegetal e mineral, a pesca artesanal, a agricultura familiar e a coleta de recursos naturais sustentam comunidades tradicionais. A pesca do camarão, do mapará e da piramutaba são atividades importantes para as populações ribeirinhas (Marina Figueredo, 2021; Santos, 2019).

28. No entanto, o Estado também enfrenta pressões ligadas aos grandes econômicos, como a mineração e projetos de infraestrutura portuária, que têm provocado conflitos socioambientais e disputas pelo uso do território (Souza, 2020; Siciliano, 2008).

29. A costa marítima do Amapá abriga municípios com grande relevância ambiental, histórica e sociocultural, como Oiapoque, Calçoene, Amapá e o distrito do Bailique. Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, destaca-se por sua diversidade étnica, incluindo indígenas Karipuna e Galibi-Marworno, e por abrigar o Parque Nacional do Cabo Orange, com manguezais e campos alagáveis ricos em biodiversidade (ICMBio, 2023; ATLAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO, 2022).

30. Calçoene, por sua vez, possui baixa densidade populacional e relevo dominado por florestas e campos naturais, além de abrigar parte da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca nas Ilhas homônimas – a Jipioca não existe mais – e o histórico povoado quilombola de Cunani, símbolo das disputas territoriais entre França e Portugal (ICMBio, 2022; Leal Costa, 2017).

31. O município de Amapá abriga a Reserva Biológica do Lago Piratuba e comunidades tradicionais como Sucuriju, onde a pesca, o extrativismo e a agricultura de subsistência sustentam os modos de vida locais (ICMBio, 2022; Souza et al., 2015).

32. Por fim, o distrito do Bailique, pertencente a Macapá, constitui um arquipélago flúvio-marinho marcado pela erosão costeira, salinização e intensa variação de marés, com populações ribeirinhas que desenvolvem atividades pesqueiras, extrativistas e agrícolas, mantendo uma identidade cultural profundamente ligada ao ambiente amazônico (CPAFAP, 2019; ATLAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO, 2022).

V - Aspectos ambientais

33. A costa marítima do Amapá insere-se em um contexto ecológico e geológico de elevada singularidade, representando uma das regiões mais bem preservadas do litoral norte do Brasil. O bioma costeiro da região é marcado por uma complexa interação entre fatores geofísicos, climáticos e biológicos, resultando em uma paisagem composta por extensas planícies de inundação, campos naturais, turfeiras, manguezais e florestas

estuarinas. Essa composição ambiental favorece uma elevada produtividade biológica e sustenta os modos de vida das populações extrativistas tradicionais

34. Ecologicamente, destaca-se a presença de extensos manguezais, caracterizados pela predominância de espécies como *Rhizophora mangle*, *Avicennia germinans* e *Laguncularia racemosa*, os quais ocupam áreas sujeitas à ação direta das marés. Estes ecossistemas funcionam como berçários naturais para diversas espécies de peixes e crustáceos e estão diretamente associados às atividades extrativistas das comunidades locais (ICMBio, 2020). O bioma costeiro também abriga campos naturais salinos e florestas de várzea, que se alternam em mosaicos conforme a variação altimétrica e o tempo de permanência da água no solo.

35. A região desempenha função ecológica crítica, não apenas como zona de transição entre os ambientes marinho e continental, mas também como área de recarga aquífera, sequestro de carbono (devido à presença de turfeiras), e regulação hídrica. A conservação dos ecossistemas da costa amapaense está intrinsecamente ligada ao modo de vida das populações tradicionais que habitam a região e manejam os recursos com base no conhecimento empírico acumulado ao longo de gerações.

Formação geológica e geomorfologia

36. A costa amapaense está inserida na Planície Costeira do Amapá, formada majoritariamente por sedimentos holocênicos, originados a partir de processos flúvio-marinhos associados às variações do nível do mar no Quaternário. A geomorfologia local é caracterizada por relevo plano e baixa altitude, com ocorrência de depósitos de turfa em áreas sujeitas à saturação hídrica prolongada, indicativos de processos paludosos intensos e atividade biológica significativa em ambientes anóxicos (Tavares, 2021).

37. A composição sedimentológica das áreas costeiras é dominada por sedimentos finos (silte e argila), com elevada plasticidade e forte influência da descarga do rio Amazonas e seus tributários, o que favorece a formação de áreas inundáveis e várzeas estuarinas (Silva, 2022). Além disso, os sedimentos demonstram importante papel na dinâmica de erosão e deposição litorânea, contribuindo para a formação de ilhas fluviais e bancos arenosos temporários (Pereira, 2022).

Hidrografia

38. A hidrologia da região costeira do Amapá é marcada por uma complexa rede de rios, igarapés, lagos e áreas de várzea, profundamente influenciada pela dinâmica do estuário amazônico e pelo regime de marés.

39. Os principais rios que drenam essa faixa litorânea incluem o Oiapoque, o Cassiporé, o Calçoene, o Amapá Grande e o Araguari, todos com forte interação entre águas doces e salobras, principalmente nas áreas de manguezal e campos inundáveis.

40. O fenômeno da macrotidalidade, com marés que podem ultrapassar 4 metros, influencia diretamente o pulso hídrico dos sistemas estuarinos e lagunares, como o Lago Piratuba e o sistema do Bailique, provocando alternância entre períodos de alagamento e retração que moldam o funcionamento ecológico e o uso humano da paisagem (ICMBio, 2022; PMIF Lago Piratuba, 2023; ATLAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO, 2022).

41. A sedimentação e os processos de assoreamento e erosão fluvial também são determinantes na configuração hidrológica da costa, como ocorre na foz do rio Araguari, onde alterações no curso do rio, intensificadas por processos naturais e antrópicos, têm provocado impactos significativos na hidrodinâmica regional.

42. Esses sistemas aquáticos, de alta conectividade e sazonalidade, sustentam as atividades pesqueiras, a mobilidade das populações ribeirinhas e os ecossistemas costeiros de manguezais, várzeas e restingas, sendo essenciais para a manutenção da biodiversidade e do modo de vida tradicional da região.

Fitofisionomia e paisagens

43. O bioma costeiro apresenta um mosaico de formações vegetais que se distribuem conforme o gradiente de salinidade, tempo de alagamento e características edáficas. Dentre os principais ambientes destacam-se:

- **Manguezais:** ecossistemas dominantes ao longo da faixa costeira, formados por espécies como *Rhizophora mangle*, *Avicennia germinans* e *Laguncularia racemosa*, adaptadas ao regime de maré. Exercem papel ecológico fundamental como áreas de reprodução e abrigo para fauna aquática.

- **Campos naturais salinos:** áreas de vegetação herbácea e arbustiva com adaptações à salinidade e alagamento temporário.
- **Florestas de várzea e igapós:** localizadas em áreas menos expostas à salinidade, essas formações concentram espécies adaptadas a longos períodos de inundação.
- **Turfeiras:** zonas úmidas com acumulação de matéria orgânica parcialmente decomposta, associadas a solos hidromórficos e com importante papel na retenção de carbono e conservação da biodiversidade (Tavares, 2021).

Principais Ambientes Naturais da Costa Marítima do Amapá

Ambiente Natural	Principais Espécies	Características Ecológicas
Manguezal	<i>Rhizophora mangle</i> , <i>Avicennia spp.</i>	Influência direta de maré; berçário de fauna aquática
Campo salino	Espécies herbáceas e halófitas	Solos salinos e alagamento intermitente
Floresta de várzea	Diversas espécies arbóreas	Áreas inundáveis com menor salinidade
Turfeira (pântano orgânico)	Vegetação palustre	Solos hidromórficos; alta acumulação de matéria orgânica

44. A costa marítima do Amapá constitui um ecótono entre os ambientes terrestres e marinhos, abrigando uma elevada diversidade biológica e fornecendo serviços ecossistêmicos essenciais, como regulação hídrica, sequestro de carbono e proteção contra a erosão costeira. Além disso, sustenta práticas tradicionais de pesca, coleta de caranguejo, extrativismo vegetal e agricultura de várzea, configurando-se como território vital para os povos e comunidades tradicionais que ali vivem (ICMBio, 2020).

Fauna

45. A região costeira do Amapá abriga uma fauna extremamente diversa, adaptada a ambientes de terra firme, áreas alagadas e ambientes marinhos, refletindo a transição entre o estuário amazônico, os campos naturais, manguezais e o oceano Atlântico. Nos ambientes terrestres e de floresta, são registrados mamíferos como a anta (*Tapirus terrestris*), o queixada (*Tayassu pecari*), a onça-pintada (*Panthera onca*), além de primatas como o guariba (*Alouatta belzebul*) e aves emblemáticas como o gavião-real (*Harpia harpyja*) e o mutum-pinima (*Crax pinima*) — este último endêmico da região norte e ameaçado de extinção (ICMBio, 2022; PMIF ESEC Maracá-Jipioca, 2022).

46. Nas áreas de manguezais, várzeas e canais, destaca-se uma rica ictiofauna (como o pirapucu, o mapará, o peixe-lixa e diversas espécies de bagres), além de répteis como jacarés (*Melanosuchus niger*, *Caiman crocodilus*) e cobras aquáticas. Moluscos bivalves, como o *Anodontites trapesialis*, também são comuns nos cursos de água doce e de transição.

47. A avifauna aquática é abundante, com presença de garças, colhereiros, jaçanãs e maçaricos migratórios que utilizam os campos alagáveis como áreas de alimentação e descanso (ENCARTE 3 – PNCO).

48. O ambiente marinho e costeiro abriga espécies de grande valor ecológico, como o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), tartarugas-marinhas, além de cetáceos como botos (*Sotalia guianensis*) e golfinhos. A presença de bancos arenosos contribui para a produtividade biológica, servindo de habitat para crustáceos (como camarões e caranguejos-uçá) e diversos peixes de interesse pesqueiro (ATLAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO, 2022; Plano de Manejo REBIO Lago Piratuba, 2013). Esta fauna rica e complexa é parte essencial dos modos de vida das populações tradicionais e da estabilidade dos ecossistemas costeiros do Amapá.

Clima

49. O clima é equatorial úmido, com precipitação anual superior a 2.500 mm, concentrada no primeiro semestre do ano. Esta alta pluviosidade, aliada ao relevo plano e à baixa altitude, intensifica a frequência de inundações naturais, o que regula a sazonalidade da vegetação e das atividades produtivas locais (ICMBio, 2020).

Impactos ambientais

50. A região costeira do Amapá enfrenta diversos impactos ambientais que afetam seus ecossistemas e as populações humanas que deles dependem. Entre os principais problemas destacam-se a introdução e criação extensiva de búfalos, o assoreamento dos corpos d'água e a contaminação por mercúrio, especialmente em áreas influenciadas pelo garimpo.

51. A criação extensiva de búfalos, especialmente nos campos naturais e áreas úmidas da costa, tem gerado degradação do solo, compactação e alteração do curso de igarapés, além de impactos sobre a vegetação nativa e sobre espécies da fauna local. Estudos apontam que os búfalos causam perda de biodiversidade, abertura de clareiras e intensificação da erosão dos solos em áreas úmidas e campos do Amapá, afetando o equilíbrio hidrológico e a dinâmica dos ecossistemas (PMIF Lago Piratuba, 2023; Plano de Manejo ESEC Maracá-Jipioca, 2022).

52. O assoreamento de rios e canais é outro problema recorrente, especialmente em áreas de várzeas e manguezais, como observado nos distritos do Bailique e no entorno da REBIO Lago Piratuba. Esse processo é agravado por desmatamentos em margens e pisoteio por búfalos, o que aumenta a carga de sedimentos nos cursos d'água. O assoreamento impacta diretamente a navegabilidade, a pesca e a biodiversidade aquática, dificultando a reprodução de espécies e alterando a qualidade da água (Plano de Manejo REBIO Lago Piratuba, 2013; PMIF Lago Piratuba, 2023).

53. A contaminação por mercúrio é uma grave ameaça, principalmente nas regiões impactadas pelo garimpo, como em áreas de influência do rio Oiapoque e de afluentes do Amazonas. O mercúrio, utilizado na extração de ouro, contamina a água e os organismos aquáticos, acumulando-se na cadeia alimentar. Isso representa riscos à saúde humana, especialmente das comunidades ribeirinhas e pesqueiras que consomem peixes regularmente. Relatos de presença de mercúrio em níveis preocupantes em peixes da região foram registrados, alertando para a necessidade de monitoramento contínuo e medidas de controle.

54. Esses impactos conjugados — a criação de búfalos, o assoreamento e a contaminação por mercúrio — representam ameaças sérias à integridade ambiental e à sustentabilidade socioeconômica da costa amapaense.

55. A pesca excessiva tem provocado uma acentuada diminuição dos estoques pesqueiros na costa do Amapá, afetando tanto a biodiversidade aquática quanto a segurança alimentar e econômica das comunidades que dependem dessa atividade. Relatos de pescadores artesanais e estudos realizados em localidades como o distrito do Bailique, Sucuriju e Calçoene indicam a redução significativa da captura de espécies como o pargo, a pescada, o camurim e o mapará, além da sobrepesca de camarões e siris em áreas estuarinas e manguezais. Essa situação resulta da crescente pressão sobre os recursos pesqueiros, ausência de fiscalização efetiva e da prática de pesca predatória, inclusive com uso de malhadeiras inadequadas e pesca em períodos reprodutivos.

56. O declínio dos estoques compromete a reprodução das espécies e agrava a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades, que enfrentam maior esforço de pesca para manter seus rendimentos, além de conflitos pelo uso dos recursos (Marina Figueredo, 2020; Plano de Manejo REBIO Lago Piratuba, 2013; PMIF Lago Piratuba, 2023). A escassez de pescado ainda repercute em uma maior dependência de mercados externos e pressiona a intensificação da atividade em áreas ambientalmente sensíveis.

VI – Aspectos socioeconômicos

57. A ocupação humana da faixa costeira do Amapá tem raízes históricas e socioculturais profundas, resultando de um longo processo de adaptação às condições ambientais singulares da região. A presença humana nesse território se manifesta, sobretudo, por meio de comunidades tradicionais organizadas em moldes extrativistas, cujas práticas estão diretamente relacionadas aos ciclos naturais e à disponibilidade dos recursos da zona costeira.

58. Desde períodos históricos coloniais, a região costeira do Amapá tem sido ocupada por populações que desenvolveram sistemas produtivos adaptados ao regime de marés, à sazonalidade hídrica e à biodiversidade local. Essas populações estabeleceram formas de uso do território baseadas na pesca artesanal, coleta de mariscos e caranguejos, agricultura de subsistência em áreas de terra firme e várzea, e manejo de recursos vegetais como o açaí (*Euterpe oleracea*).

59. Conforme detalhado no Estudo da RESEX “as comunidades tradicionais da região desenvolvem práticas produtivas adaptadas ao ambiente costeiro, com destaque para

o extrativismo vegetal e a pesca artesanal, organizadas por arranjos sociais comunitários baseados na reciprocidade e na divisão do trabalho familiar” (ICMBio, 2020, p. 49).

60. O padrão fundiário da costa amapaense é predominantemente coletivo, mas enfrenta pressões crescentes associadas a processos de grilagem, expansão de empreendimentos privados e sobreposição de interesses econômicos. “O avanço de empreendimentos que visam à exploração mineral e o agronegócio no entorno das áreas protegidas costeiras tem gerado conflitos territoriais e ameaçado a permanência das populações tradicionais” (Conflitos, 2021, p. 4).

61. Apesar da existência de unidades de conservação como a Reserva Extrativista do Amapá e a Reserva Biológica do Lago Piratuba, a efetivação dos direitos territoriais das comunidades ainda é um processo em construção. As políticas públicas de regularização fundiária e apoio à produção tradicional são frequentemente insuficientes ou descontinuadas, o que contribui para a vulnerabilidade social e ambiental dessas populações.

VII - População tradicional beneficiária

Povos Indígenas

62. Os povos indígenas do Oiapoque são compostos principalmente pelos grupos Galibi Marworno, Karipuna, Palikur Arukwayene e Galibi Kali’na, que habitam três Terras Indígenas homologadas: Uaçá, Juminã e Galibi.

63. Esses povos compartilham a região há gerações e apresentam modos de vida que articulam práticas tradicionais com elementos da sociedade envolvente. A língua, os rituais, o parentesco e o manejo do território são elementos centrais de sua identidade, mesmo com variações entre os grupos.

64. A Terra Indígena Uaçá é a maior delas e concentra a maioria da população, especialmente os Galibi Marworno e os Karipuna. Os Palikur, por sua vez, estão mais concentrados na TI Juminã. Esses povos mantêm práticas tradicionais de agricultura, caça,

pesca e coleta, associadas a um profundo conhecimento ambiental, especialmente sobre os ecossistemas fluviais e costeiros da região. Além disso, possuem um histórico de organização política, com associações que atuam na defesa de seus direitos, na educação intercultural e na saúde diferenciada (Plano de Manejo da ESEC Maracá-Jipioca, 2022; PMIF ESEC Maracá-Jipioca, 2022; IPHAN, 2021; FLORES, 2022).

Quilombolas

65. Os quilombolas do Cunani, localizados no município de Calçoene, na costa norte do Amapá, formam uma comunidade marcada por uma longa história de resistência, ancestralidade africana e mestiçagem com indígenas e outros grupos locais. Sua formação remonta ao século XIX, associada à presença de negros fugitivos de fazendas escravistas da Guiana Francesa e do Brasil, que se estabeleceram em uma área isolada e de difícil acesso.

66. A comunidade se consolidou ao longo do tempo como um espaço de autonomia social, territorial e cultural. A identidade quilombola do Cunani é fortemente ligada à memória coletiva, à oralidade e à relação com o território tradicional, incluindo práticas de pesca artesanal, agricultura de subsistência, extrativismo vegetal e expressões culturais como o batuque e a culinária afro-amapaense.

67. Em 2015, foi reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo pelo INCRA, passando a reivindicar direitos territoriais conforme o previsto na Constituição. O reconhecimento impulsionou também projetos de valorização cultural e fortalecimento da memória local (IPHAN, 2021; FLORES, 2022; Andrade, 2006; Leal Costa, 2017; PM REBIO Lago Piratuba, 2019).

Pescadores do mar

68. Os pescadores dos municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá e do distrito do Bailique constituem comunidades tradicionais que desempenham papel fundamental na dinâmica econômica e sociocultural da costa do Amapá. Em Oiapoque, a pesca artesanal é praticada principalmente por populações ribeirinhas e indígenas, com destaque para a captura de espécies de água doce e de transição estuarina, como o mapará e o camarão, com técnicas adaptadas ao regime de marés e à sazonalidade dos rios (PM ESEC Maracá-Jipioca, 2022).

69. Em Calçoene e Amapá, comunidades pesqueiras como as de Cunani e Sucuriju se dedicam à pesca costeira e estuarina, utilizando redes, tarrafas e armadilhas, em um contexto de forte vínculo com o território e saberes tradicionais. Nessas localidades, o isolamento geográfico impõe desafios logísticos para comercialização, conservação do pescado e acesso a políticas públicas (Plano de Manejo REBIO Lago Piratuba, 2019).

70. No arquipélago do Bailique, a pesca é uma das principais fontes de renda, com destaque para a captura do camarão e de peixes como a pescada e o bagre. Os pescadores enfrentam impactos severos da erosão costeira e da salinização, que alteram os habitats aquáticos e reduzem a produtividade pesqueira, além de lidarem com conflitos relacionados à pesca predatória e à sobrepesca (CPAFAP, 2019; Encarte 1 – PNCO, 2020; Atlas do Estuário Amazônico, 2021). Em todas essas regiões, a pesca artesanal é marcada pela organização comunitária, pelo conhecimento ecológico tradicional e pela vulnerabilidade frente às mudanças ambientais e pressões econômicas.

Pescadores dos lagos

71. Os pescadores do Sucuriju no município de Amapá, mantêm um modo de vida fortemente vinculado à pesca artesanal, à maré e aos ciclos naturais da região costeira. Vivem em uma vila isolada, acessível apenas por via fluvial, e utilizam embarcações de pequeno porte, como canoas e rabudos, operando com técnicas tradicionais na captura de espécies como o camarão, o peixe-pedra, a pescada, entre outros recursos marinhos e estuarinos.

72. A atividade pesqueira constitui a principal base econômica e cultural da comunidade, sendo repassada entre gerações, e está organizada em torno da cooperação familiar e comunitária. Apesar da importância da pesca, os moradores enfrentam dificuldades como o escoamento da produção, falta de assistência técnica e ameaças ambientais, como a pesca predatória e o avanço de búfalos nas áreas de mangue. (IBAMA/ICMBio, 2009; Plano de Manejo REBIO Lago Piratuba, 2019).

Pecuaristas incipientes

73. Os pequenos agricultores da costa do Amapá desenvolvem práticas agroextrativistas e agropecuárias de base familiar, com destaque para o cultivo de mandioca, frutas regionais e hortaliças, além da criação de animais como galinhas, porcos e,

notadamente, búfalos. A bubalinocultura tem se expandido especialmente em áreas de várzea e campos alagáveis, como nos municípios de Calçoene, Amapá e arredores do Cunani, por conta da rusticidade da espécie e da adaptação dos búfalos a ambientes úmidos (Plano de Manejo REBIO Lago Piratuba, 2019; PMIF ESEC Maracá-Jipioca, 2022).

74. Contudo, o manejo extensivo e, muitas vezes, desregulado dessa criação tem provocado sérios impactos ambientais, como o pisoteio de áreas de ressaca, a compactação e erosão do solo e a degradação de ecossistemas sensíveis. Esses impactos resultam na perda de biodiversidade e na alteração dos fluxos hidrológicos locais, contribuindo também para conflitos de uso com populações extrativistas e pescadores (Encarte 3 – PNCO, 2020; Cousteau et al., 2017). Além disso, há desafios relacionados à assistência técnica e ao acesso a políticas públicas de apoio à produção sustentável, o que limita a adoção de práticas de manejo adequadas por esses agricultores.

VIII - Pesca artesanal e industrial

75. A disputa por territórios de pesca entre os pescadores artesanais do Amapá e embarcações industriais provenientes de outros estados configura um dos principais conflitos socioambientais na costa amapaense.

76. Os pescadores artesanais, que operam em comunidades como Bailique, Oiapoque e Calçoene, denunciam constantemente a presença de grandes embarcações industriais que invadem áreas tradicionalmente utilizadas pela pesca artesanal, especialmente durante o defeso e nas épocas de maior produtividade.

77. Essa sobreposição de áreas ameaça os estoques pesqueiros e compromete a sustentabilidade da atividade local, uma vez que as embarcações industriais, com maior capacidade de captura, acabam reduzindo drasticamente a disponibilidade de espécies como camarão, peixe serra e pargo (Plano de Manejo da REBIO Lago Piratuba, 2019).

78.. Além da pressão sobre os recursos, essa disputa intensifica a insegurança alimentar e econômica das comunidades costeiras, cuja sobrevivência depende da pesca de pequena escala. Relatos apontam também para a ausência de fiscalização adequada por parte das autoridades responsáveis, o que dificulta a contenção da pesca predatória e

fomenta um sentimento de abandono entre os pescadores locais. A situação é agravada pela falta de regulamentação clara sobre os limites de atuação das frotas industriais e pela dificuldade dos pescadores artesanais em garantir o reconhecimento legal de seus territórios pesqueiros tradicionais (admin, 3. Souza; Cousteau, 2017; Encarte 2 – PNCO, 2020).

IX - Situação fundiária

79. As formas de ocupação da costa amapaense refletem uma forte identidade cultural associada aos modos de vida ribeirinhos e extrativistas. Essas práticas estão profundamente ligadas ao conhecimento tradicional e ao manejo sustentável dos recursos. Como afirmam Tavares (2021) e Pereira (2022), “a manutenção desses territórios implica não apenas a conservação dos recursos naturais, mas também a preservação dos modos de vida que os sustentam, como os saberes sobre o ciclo das marés, as épocas de defeso, os pontos de pesca e os caminhos de circulação nas áreas alagadas.”

80. O fortalecimento das associações comunitárias, conselhos deliberativos e redes de apoio técnico e institucional tem sido um importante instrumento de resistência frente às ameaças externas. As comunidades têm reivindicado seus direitos territoriais e buscado consolidar formas autônomas de gestão e proteção ambiental.

81. Nas últimas décadas, observam-se transformações nas dinâmicas de ocupação da costa amapaense, impulsionadas por mudanças climáticas, políticas ambientais, expansão de infraestrutura e pressões sobre os recursos naturais. Tais processos impactam diretamente as formas tradicionais de uso da terra e a organização social das comunidades. A presença crescente do Estado por meio de planos de manejo e fiscalização ambiental tem efeitos ambíguos, ora garantindo proteção territorial, ora impondo restrições que desconsideram práticas culturais legítimas (PMIF, 2023).

82. Além disso, eventos extremos como queimadas, enchentes e erosão costeira vêm se intensificando, exigindo novas estratégias de manejo do território e de adaptação comunitária (PMIF, 2023, p. 39).

X - Considerações Finais

83. Com base nos documentos analisados sobre a criação das unidades de conservação na costa do Amapá, evidencia-se um consenso técnico e social acerca da relevância e urgência dessas iniciativas.

84. A região costeira amapaense abriga uma expressiva diversidade ecológica, sociocultural e econômica que, diante de pressões crescentes — como a pesca industrial ou predatória, o avanço desordenado da pecuária bubalina, o assoreamento dos rios e a contaminação por mercúrio —, demanda mecanismos de proteção e manejo participativo que garantam sua integridade ecológica e a permanência dos modos de vida tradicionais.

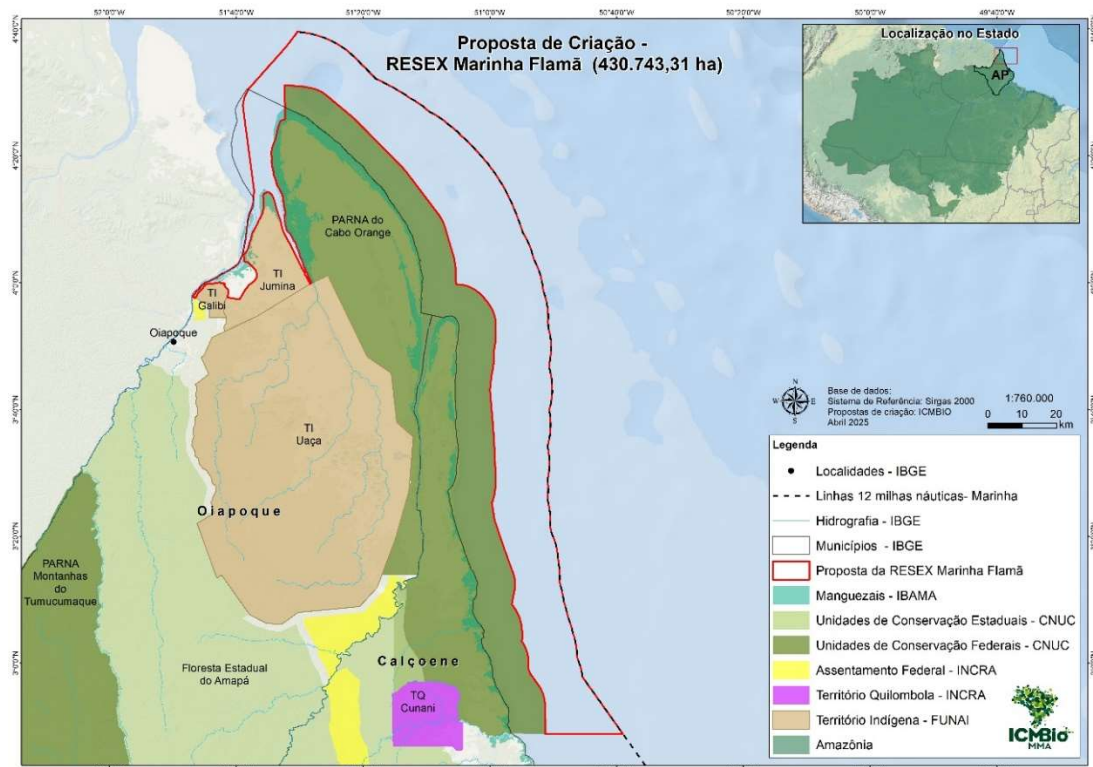
85. Nas Considerações Finais do Estudo técnico afirmar que a criação de unidades de conservação, especialmente de uso sustentável, representa uma estratégia eficaz para assegurar a conservação dos ecossistemas manguezais, estuarinos, marinhos e de campos inundáveis, bem como a reprodução social e econômica de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e pesqueiras. Tais unidades oferecem a oportunidade de aliar proteção ambiental à valorização dos saberes locais, ao ordenamento territorial e ao estímulo de práticas sustentáveis de pesca e agricultura.

86. A proposta de novas unidades é respaldada por diagnósticos que apontam a fragilidade dos sistemas naturais diante das transformações impostas pelas dinâmicas econômicas externas. Além disso, os estudos destacam que os territórios propostos apresentam alto grau de relevância ecológica e sociocultural, com forte vínculo entre as populações tradicionais e os ambientes naturais, o que reforça o potencial das UCs para promover justiça ambiental e equidade territorial (Estudo de Caracterização da RESEX do Amapá; PMIF Lago Piratuba 2023–2027; Plano de Manejo da REBIO Lago Piratuba; Plano de Manejo da ESEC Maracá-Jipioca).

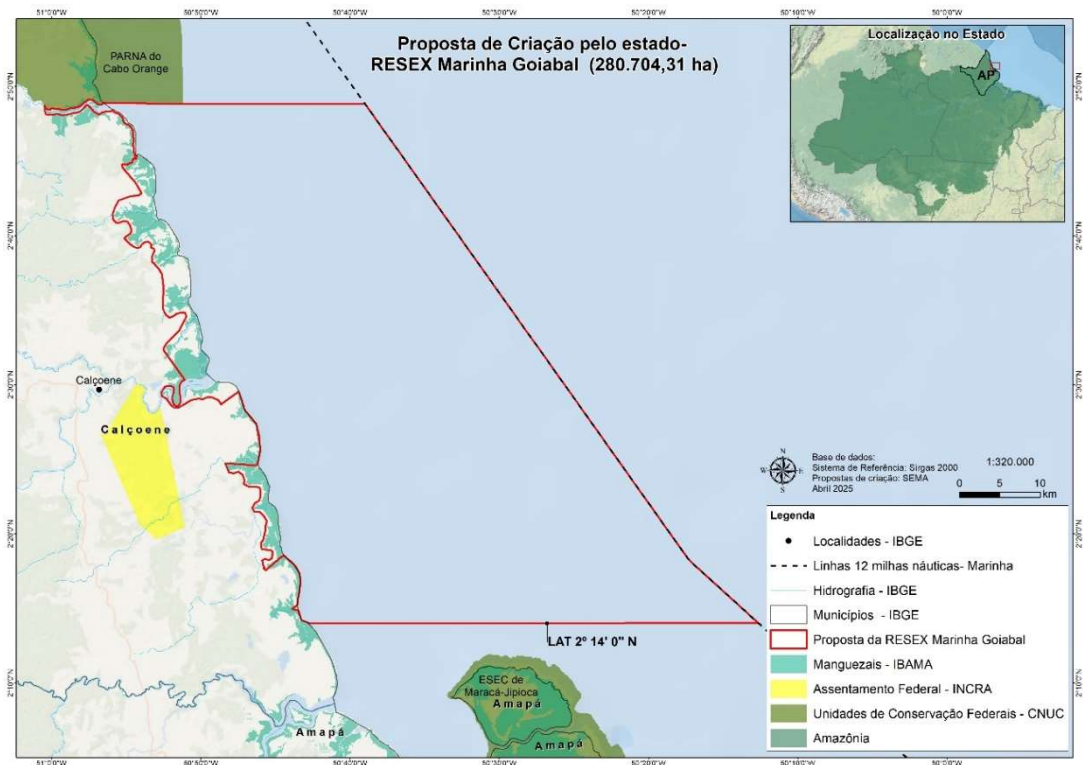
87. Assim, a criação de unidades de conservação na costa do Amapá não é apenas uma medida de preservação ambiental, mas um gesto de reconhecimento e valorização das múltiplas formas de existência e resistência que compõem o mosaico humano e natural da região. É, sobretudo, um passo essencial para garantir que o Amapá costeiro continue sendo uma fronteira viva entre a biodiversidade amazônica e as culturas que dela dependem e a sustentam.

XI - Mapas das Propostas

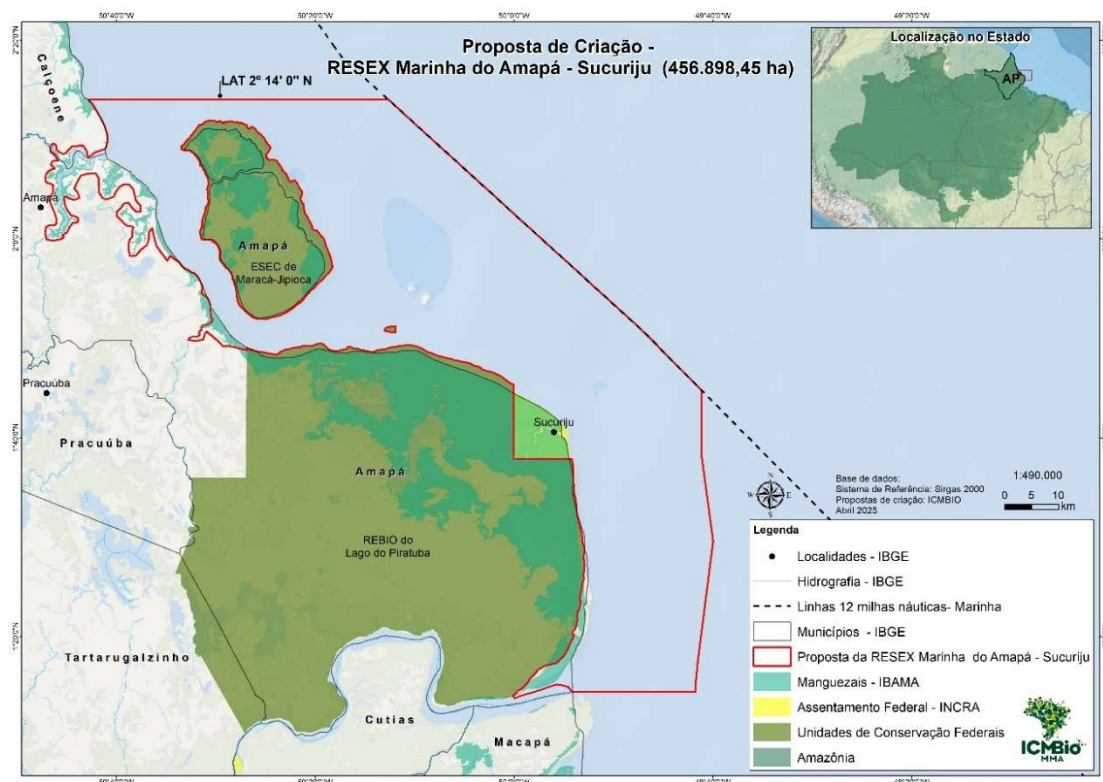
RESEX Marinha Flamã



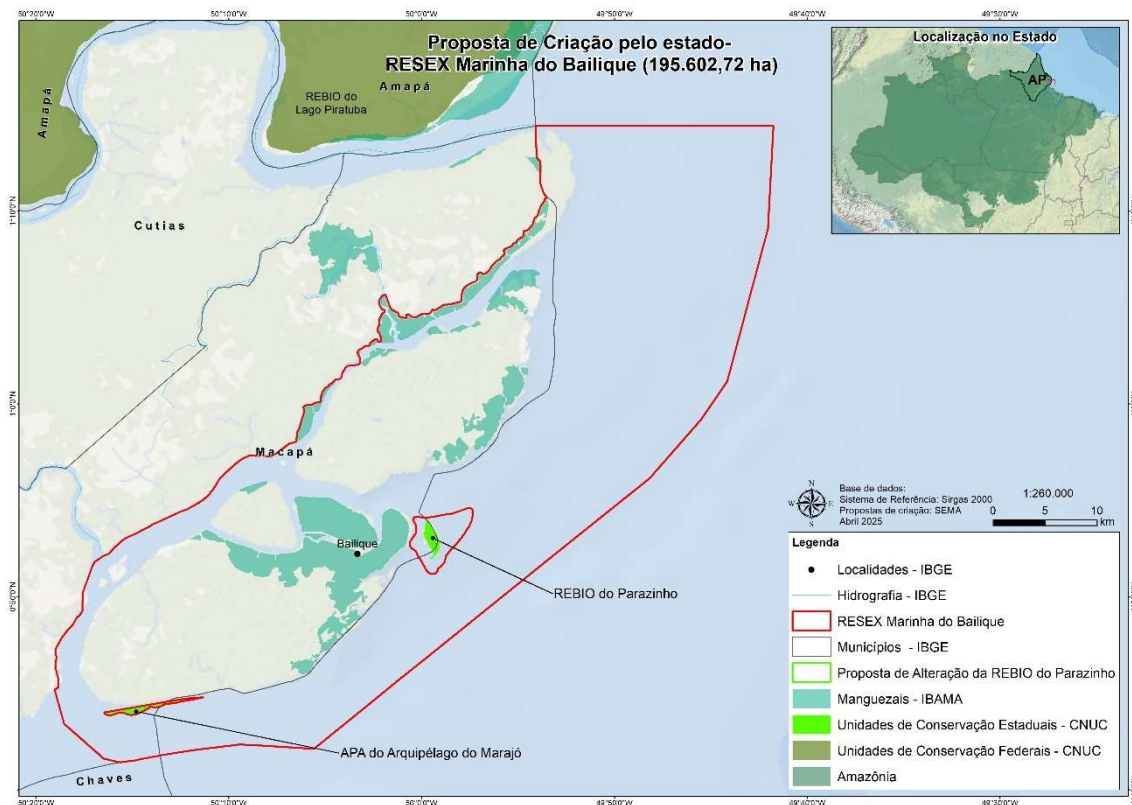
RESEX Marinha Goiabal



RESEX Marinha do Amapá - Sucuriçu



RESEX Marinha do Bailique



XII - Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Ugo Maia. *A identidade cultural dos moradores de Sucuriju: um olhar sobre os espaços de socialização e práticas culturais*. 2006.
- ARAÚJO, R. de S. et al. *A participação da mulher em organizações sócio-produtivas da RESEX Marinha do Amapá*. s.d.
- CASTRO, Leal Costa. *Patrimônio – Amapá: iconografia de Maracá e Cunani*. s.d.
- CLEVELÂNDIA, Instituto de Desenvolvimento Rural. *Clevelândia do Norte: aspectos sociais e ambientais*. s.d.
- FLORES, Michel. *Formação territorial, conflitos e conservação na costa norte do Amapá*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, 2023.
- ICMBio. *Plano de Manejo da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca*. Brasília: ICMBio, 2022.
- ICMBio. *Plano de Manejo da REBIO Lago Piratuba – Diagnóstico*. Brasília: ICMBio, 2023.
- ICMBio. *Plano de Manejo da REBIO Lago Piratuba – Diagnóstico, Mapas e Modelo Conceitual*. Brasília: ICMBio, 2023.
- ICMBio. *PMIF 2022 – Estação Ecológica de Maracá-Jipioca*. Brasília: ICMBio, 2022.
- ICMBio. *PMIF Lago Piratuba 2023 a 2027 – com planejamento revisado*. Brasília: ICMBio, 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). *Estudo de caracterização da Reserva Extrativista do Amapá*. Brasília: IPAM, 2023.
- LIMA, Marina Figueiredo de. *Atividade pesqueira no Amapá: entre o uso comum e os usos múltiplos*. s.d.
- MELO, Gabriel A. R. *Himenópteros Apoidea (Hymenoptera, Apidae) da região costeira do Amapá*. 2006.
- PAULINO, R. et al. *Atlas do Estuário Amazônico*. s.d.
- PEREIRA, Ana Carolina. *A construção da identidade e territorialidade quilombola no Cunani/AP*. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 9, n. 19, 2017.
- PINHEIRO, Josenildo da Silva. *Sucuriju: um lugar de pescadores na Costa Norte do Amapá*. In: Revista Ciência e Sustentabilidade, v. 3, n. 1, 2017.
- SOUZA, Ana Paula; SILVA, Tiago. *A questão agrária na Amazônia e os pequenos produtores de búfalos no Amapá*. s.d.
- SOUZA, Valdiney Valente de. *Literatura e história do Amapá em jornais oitocentistas*. Revista Periódicos FALÉ, v. 14, n. 32, 2022.
- VIEIRA, Livia. *Oiapoque: aqui começa o Brasil – representações e identidade nas margens do rio*. In: DIALNET, 2016.